

## **Subjetividades e sujeições no fascismo tropical?**

Subjectivities and subjections in tropical fascism?

Danichi Hausen Mizoguchi, Marcelo Ferreira, Maria Elizabeth Barros de Barros

Universidade Federal Fluminense

---

### **RESUMO:**

O artigo se propõe a cartografar as linhas de força que compõem a atualidade de nosso fascismo tropical. Assombrados pela dimensão extrema e radical de violência desejante que se apossou da macro e da micropolítica em nosso país em anos recentes, nos interessa atravessar e compreender essa experiência de passagem – suas condições de possibilidade, suas modulações, suas lógicas. Todavia, eticamente, acreditamos que não é possível estancar nessas detecções: é preciso também mapear e criar brechas de resistência subjetivante que ainda e sempre habita nosso campo de possíveis e nosso plano de impossíveis para que, com elas, possamos paradoxalmente reinventar um país que nunca existiu.

**Palavras-chave:** Brasil; fascismo; subjetividade.

---

### **ABSTRACT:**

The article proposes to map the lines of force that make up the present day of our tropical fascism. Haunted by the extreme and radical dimension of desiring violence that has taken over macro and micropolitics in our country in recent years, we are interested in going through and understanding this passing experience – its conditions of possibility, its modulations, its logics. However, ethically, we believe that it is not possible to stop at these detections: it is also necessary to map and create breaches of subjectivizing resistance that still and always inhabits our field of possibles and our plan of impossibles so that, with them, we can paradoxically reinvent a country that has never existed.

**Key-words:** Brazil; fascism, subjectivity.

---

DOI: 10.12957/mnemosine.2022.70839

Brasil, janeiro de 2020. No vídeo de divulgação do edital do Prêmio Nacional das Artes, Roberto Alvim, à época Secretário Especial da Cultura do governo de Jair Messias Bolsonaro, emula passagens de um discurso de Joseph Goebbels, Ministro da Propaganda de Adolf Hitler. Não apenas as palavras são quase as mesmas: a posição da câmera, o enquadramento, a vestimenta, o penteado, a escrivania, a fotografia dos respectivos líderes ao fundo e a ópera de Richard Wagner demonstram que toda a cenografia é uma imitação calculada da banalidade do mal. A atuação mimética do secretário torna mais evidente do que nunca o projeto político jamais escamoteado que ocupa a máquina pública federal brasileira: um fascismo tropical.

Brasil, fevereiro de 2021. O diretor da Rede de Instituições Federais de Ensino Superior encaminha um ofício pedindo a tomada de providências com o objetivo de “prevenir e punir atos político-partidários nas instituições públicas federais de ensino”. A orientação aos dirigentes das universidades é baseada numa recomendação de 2019 do procurador-chefe da República, segundo a qual uma manifestação política contrária ou favorável ao governo representa malferir “o princípio da impessoalidade”. O MEC, aderindo ao texto do procurador, afirma que haverá punição a qualquer comentário ou ato político ocorrido “no espaço físico onde funcionam os serviços públicos; bem assim, ao se utilizarem páginas eletrônicas oficiais, redes de comunicações e outros meios institucionais para promover atos dessa natureza”. Em outra passagem com referência ao ofício do Ministério Público Federal, é dito que “a promoção de eventos, protestos, manifestações etc. de natureza político-partidária, contrários ou favoráveis ao governo, caracteriza imoralidade administrativa”. Mais um dos rostos desse fascismo tropical.

Brasil, março de 2021. É promulgada a Emenda Constitucional 109, segundo a qual, quando União, Estados e Municípios atingirem um nível de gastos, deverão acionar gatilhos de contenção fiscal que incluem congelamento salarial de servidores, não realização de concursos públicos para novas nomeações e proibição de novas despesas obrigatórias. Assim que acionados os gatilhos previstos, escolas, UPAs, hospitais, Judiciário, Fisco, Ministério Público e demais serviços públicos ficarão com investimentos comprometidos, colocando em risco o atendimento à população em diversas frentes. A PEC Emergencial perpetrou um duro golpe contra as instituições públicas e, por óbvio, contra as populações mais vulneráveis e dependentes dos serviços públicos. E as facetas desse fascismo vão se multiplicando em proporções geométricas no tecido social brasileiro.

\*\*\*

É importante lembrar que toda uma história nacional criou condições de possibilidade para o momento que vivemos – momento do qual a cena protagonizada pelo secretário no vídeo, o ofício do MEC e PEC 109 são apenas alguns dos tantos e ininterruptos corolários. Porque antes disso, houve uma eleição vencida com a escolha de aproximadamente 54% dos votantes brasileiros a partir de toda uma campanha política conduzida por declarações públicas calamitosas em relação às minorias, a prisão política do primeiro presidente operário da história brasileira, a execução de Marielle Franco, a retirada golpista da primeira presidenta da história da república, a exaltação de um torturador no plenário da Câmara dos Deputados, painelaços, vinte e um anos de ditadura, trezentos anos de escravidão, o genocídio do povo indígena, as capitânicas hereditárias e a invasão portuguesa. Esses fatos – apenas alguns diante da gigantesca possibilidade de exemplos a serem dados – demonstram “nossa infeliz origem imanente, muito anterior a toda vida pública democrática e incluyente” (AB´SABER, 2017: 15) e certificam que não é de hoje que estamos muito próximos das mesmas ideias que animaram as mais violentas formas de governamentalidade europeia cujo ponto paroxístico é o fascismo.

Para se compreender o caráter autodeclarado e redivivo do fascismo brasileiro, é fundamental que as atenções e preocupações se voltem para os centros de concentração da máquina pública/governamental e os mandatários que ocupam seus postos na capital federal. As medidas diretivas impostas em altíssima velocidade pela milícia no Palácio da Alvorada, pelo ministro da educação cuja meta é a destruição da educação pública, também pelo ministro do meio ambiente cuja meta é a destruição do meio ambiente, pela maioria parlamentar formada pela bancada do boi, da bíblia e da bala nas duas casas legislativas são alguns índices fundamentais da retomada – ou da constância – do fascismo entre nós: os cortes de verbas para a educação, a destruição de qualquer política de preservação ambiental, a liberação do porte de armas, o fim da demarcação das terras indígenas, o retorno ao modelo hospitalocêntrico de atendimento à loucura e tantos outros gestos não cessam de nos indicar que vivemos em um momento de extremo perigo, evocando o relampejar incessante de imagens e lembranças ainda vivas de nosso passado jamais ultrapassado – para lembrar a frase escrita por Walter Benjamin (1987) meses antes de se suicidar ao encontrar as fronteiras de Porto Bou fechadas.

No Brasil contemporâneo, não faltam imagens da extrema violência da relação estatal com as dissidências e minorias. Violência que se replica nas relações cotidianas e micrológicas com as mesmas minorias. A morte de populações vulneráveis no Brasil se tornou recorrente, multiplicada no enfrentamento oficial negacionista do governo autoritário de Jair Bolsonaro em relação a pandemia de covid 19. Curiosamente, a indiferença oficial se coaduna com expressões cotidianas de desprezo e de negação da vida de parte significativa da população brasileira. A negação da vida se avizinha da naturalidade com que a desmoralização e a eliminação de oponentes da gestão autoritária do país discorrem. Muito velozmente, nos deparamos com a tragédia da visão hegemônica sobre nosso país. Condenando seu povo à sua própria sorte, o governo brasileiro durante uma pandemia se compraz com um encontro terrível com nossa continuidade histórica. Morrer se tornou um verbo viável aos governados, cotidianamente. Amanhecemos cotidianamente vendo a indução institucional de morte. Hordas de pessoas famintas, vivendo em condições de total precariedade, em todas as dimensões do viver.

Evidentemente, o sentido repetitivo e presente do fascismo na cena pública brasileira não se desfaz diante do exercício interpretativo, e, portanto, exige-se de um trabalho crítico que se realize de forma concomitante ao acompanhamento de processos que se confundem com nosso modo de subjetivação. Algumas possibilidades de encaminhamento se desenham por intermédio da consideração da história de nosso país sem as armadilhas da teleologia em termos temporais: não se trata de um espanto com o fato de ainda termos de enfrentar o fascismo, a norma histórica da interpretação vigente do tempo sucessivo se subsidia na concepção de um alvo inescapável.

Politicamente, portanto, está em jogo uma afirmação “trágica” da história que afirma e aprecia a vida no lugar de negá-la ou se opor a ela. Nesse sentido, não há qualquer ideal teleológico que nos levaria a um ‘modelo mais avançado’ de governo, não se trata de sair do neoliberalismo/fascista (LAZARATTO, 2020) rumo a uma realidade ideal. A proposta de enfrentamento desse estado de coisas é de luta situada, imanente, acompanhando movimentos e criações, ampliação e diminuição de potência e as linhas de fuga que rompem o tempo cronológico e, ao tentar escapar da linearidade e circularidade dessa temporalidade, volta nosso interesse para o intempestivo: “agir contra o tempo, portanto sobre o tempo, em favor, esperamos, de um tempo por vir” (NIETZSCHE, 1990).

Doravante, talvez algumas perguntas sejam cruciais – perguntas que não podemos nos deixar de fazer, perguntas cujo tempo só pode ser o da urgência, perguntas que

necessariamente teremos de habitar e atravessar para poder atravessar o presente: como enfrentar esse modo de subjetivação tão duradouro na história brasileira e que hoje viceja na cena pública sem qualquer escrúpulo? Como disputar a existência de outros mundos possíveis? Afinal, que outras imagens e que outras vidas ainda podemos inventar?

\*\*\*

Como nos indicou Guattari (1981), necessitamos de uma análise política que seja inseparável de uma política de análise. Aqui e agora, isso significa que é preciso forjar análises práticas que sejam antíteses ao ideário fascista e suas extensões autoritárias. O que há de pior em nosso tempo distópico não se apresenta gratuitamente, não se mostra a olho nu, numa primeira visada. Ir além de nossa época e dos automatismos que nos tomam é um exercício necessário se o projeto é produzir deslocamentos e reposicionamentos subjetivos: indagar nosso tempo e se inquietar com o que apequena a vida. Percorrer o tempo e nele apreender aquilo que é não-vivido no vivido. Uma viagem atemporal guiada por *Kairós*, (AGAMBEN, 2009), que surpreende, é indeterminado, qualitativo, não linear, tempo intempestivo contra o tempo eternamente repetido.

Walter Benjamin já havia chamado a atenção do campo historiográfico contemporâneo na Alemanha do início dos anos de 1940 para o fato de que a epistemologia hegemônica interpretava o fascismo de forma condescendente, uma vez que considerava que os fenômenos políticos supostamente anômalos se diluiriam diante da marcha inexorável de um tempo homogêneo e vazio. Sugerindo a necessidade de uma conceitualização distinta da evolucionista em termos temporais, Walter Benjamin (2008) pressupunha que a história não é simplesmente a ciência dos fatos históricos que se sucedem, requerendo um gesto construtivo que se tinha considerado quando o pensador se dirigia, por exemplo, a vanguardas estéticas do início do século XX. Afirmava a perspectiva de que, na base da ciência histórica, se pode fazer uso de um princípio construtivo, ao implodir a normativa do *continuum* ao lançarmos mão do exercício que precisamos realizar sobre aquilo que concerne a nós, contemporâneos.

Como fazer com que a indagação benjaminiana sobre o tempo chegue até nós para o enfrentamento do intermitente jogo imagético e afetivo que se desenrola na gestão irresponsável de uma pandemia, como se evidencia contemporaneamente no Brasil, e na condução autoritária de um país que, supúnhamos, já havia se confrontado com seu avesso e sua própria cara? O que há de perigosamente aglutinador e reincidente no esforço de

eliminação de minorias e de dissidências? Como saltar e se dirigir ao relampejar do passado no céu da história pode nos ajudar a restituir ao tempo histórico seu sentido político?

\*\*\*

Como argumenta o historiador Robert Paxton (2004), na estrutura das paixões que caracterizam o fascismo está o culto à violência e ao militarismo; a crença de que a salvação da pátria requer a eliminação dos inimigos internos por meio da mobilização permanente; o uso da identidade nacional através de uma concepção imunitária e agressiva de corpo social. Agrega-se a esse quadro a obediência ao líder, percebido como uma encarnação da vontade nacional. Uma prática totalitária (para nos remetermos à expressão usada por Hannah Arendt para se referir ao nazifascismo) não se reduz a um fenômeno histórico, mas refere-se, principalmente, a uma prática que se expressa numa organização governamental e sistemática da vida dos humanos, considerando-os controláveis e descartáveis. Uma forma de governar sustentada no pressuposto do extermínio de setores da população considerados desnecessários e não apenas na sua opressão, trata-se, principalmente, de uma descartabilidade humana.

Em discurso proferido em 1995, Umberto Eco (2018) apontava que se o fascismo baseia-se na força de um líder carismático, no corporativismo, no ímpeto imperialista de conquistar novas terras, em um nacionalismo exponencial, em uma nação inteira arregimentada pelas camisas negras, na negação da democracia parlamentar e no antissemitismo, não haveria razões para se temer uma retomada do movimento criado por Mussolini, pois não se via esse conjunto de características em nenhum partido político naquele momento.

Entretanto, Eco (2018) indica que diferentes aspectos típicos do que chama fascismo eterno se expressam também em outras formas de despotismo ou fanatismo, mas, é suficiente que um deles “se apresente para fazer com que se forme uma nebulosa fascista”. Em todo regime, afirma o intelectual italiano, há sempre um modo de pensar e de sentir: hábitos culturais, instintos obscuros e pulsões insondáveis que o animam além e aquém dele – e talvez seja justamente a isso que era preciso estar atento no aniversário de cinquenta anos da liberação da Europa.

Se a aliança entre o comunismo soviético e o capitalismo estadunidense havia saído vencedora da batalha contra o eixo nazifascista alemão e italiano na Segunda Guerra

Mundial, a estranha tese de Deleuze e Guattari é que mesmo com a derrota dos estados-nação que o representavam, o fascismo havia se sagrado vencedor nesta disputa. Tal tese, a princípio estranha e contraditória, sustentou-se a partir de uma estratégia de mapeamento do *socius* que faz ver duas dimensões da política que são distintas, mas inseparáveis: a macropolítica e a micropolítica. Nesta cartografia, a dimensão macropolítica – ou dimensão molar – será entendida como aquela que delimita estratificações e endurecimentos formais. Já a dimensão micropolítica – ou dimensão molecular – indicará os fluxos, os devires e as intensidades que animam o campo social. Assim, “tudo é político, mas toda política é ao mesmo tempo macropolítica e micropolítica” (DELEUZE; GUATTARI, 1996: 90). A partir dessa indicação – que não é exclusiva de Deleuze e Guattari, já que ecoa em boa parte dos diagnósticos e apostas inspirados nos acontecimentos de maio de 68 em Paris – já não se poderia mais pensar e agir a política sem uma atenção extrema às dimensões relacionais diminutas e fluídas da vida.

Uma vida vai, assim, se fazendo numa historicidade das relações de forças, no miúdo do cotidiano, nas nossas atitudes do dia-a-dia, até as grandes organizações do desejo em escala social. É sempre do fora que uma força confere a outras, ou recebe das outras, a afecção variável que somente existe sob tal relação. Há, pois, um devir de forças que não se confunde com a história das formas, já que opera em uma outra dimensão. Uma política menor, mais precisamente “minoritária”, que remete aos afectos “enquanto devir ou processo” (DELEUZE, 2000). Uma política que se liga não a modelos, mas tem sua potência no pensamento que vai se forjando não a partir de sistemas conceituais estabelecidos, mas da afecção do pensamento, de algo que o force a sair do instituído.

Isto posto, uma micropolítica atrelada a acontecimentos estéticos se refere aos “estilos de vida”, são efeitos de acontecimentos pré-pessoais e pré-individuais que criam novos modos de sentir, de ver e de dizer, enfim, de habitar o mundo e inventá-lo em meio a disputas. Afinal, conforme nos indica Deleuze, as relações de força “constituem ações sobre ações” e, com isso, definem a possibilidade de novos modos de estar e criar mundos. Ele indaga: “dizemos isto, fazemos aquilo: que modo de existência isso implica? Há coisas que só se pode fazer ou dizer levado por uma vingança contra a vida” (DELEUZE, 2000:137). Tal política afirma tudo o que decorre da molecularidade das linhas em devir.

A política em Deleuze e Guattari é, assim, inseparável de um movimento de saída da história, de uma relação da história com seu fora, fora que a atravessa, que com ela faz signo e nos obriga a pensar diferentemente: sair da história para criar nela, para entrar

com ela em devir. E, justamente, por isso, falamos de uma “micropolítica”, em vez de uma política simplesmente, que se refere a uma resistência contra o intolerável em cada relação ou forma de poder, em cada totalização do viver, em cada comunicação massificadora. A micropolítica é questão de povo, mas não um povo dado e sim um povo por vir. Povo que, aqui, na acepção deleuzeana, não se refere ao caráter gregário, nacionalista, violento e excludente que anima toda e qualquer possibilidade fascista. Ao contrário, o povo por vir da micropolítica indica um “devir revolucionário” (DELEUZE, GUATTARI, 1996: 23) – e não o “futuro das revoluções na história”.

\*\*\*

Se a princípio poder-se-ia entender que na crítica à estrutura edípica como universal do desejo há uma espécie de elogio irrevogável do fluxo e uma crítica essencial às identidades, é necessário que se entenda que aquilo que Deleuze e Guattari chamam de esquizoanálise é declaradamente o estudo dos perigos em toda e qualquer linha subjetivante – sejam elas duras, flexíveis ou de fuga. Essa indicação retira a molecularidade de qualquer suposta essência libertária e faz com que o fascismo deixe de ser exclusivamente a direção de governo efetivada por um estado totalitário, tornando-se também fluxo cotidiano e impessoal de modos de existência. Assim, o fascismo passa a ser também micropolítico ao tornar-se “inseparável de focos moleculares, que pululam e saltam de um ponto a outro, em interação” (DELEUZE; GUATTARI, 1996: 92) – assim, o fascismo passa a ser, também, microfascismo.

O que Deleuze e Guattari fazem aparecer, portanto, é um fascismo em fluxo, sem centro, ilocalizável e impessoal que seria o índice mais assustador da vitória silenciosa de uma perspectiva molecular diante da estrondosa derrocada da perspectiva molar de Hitler e Mussolini na Segunda Guerra Mundial: caem os estados, espalham-se os modos de vida. Em um debate público travado no começo dos anos 1970, Pier Paolo Pasolini advertia Italo Calvino de que ele não reconheceria fascistas caso os encontrasse na rua, pois eles já não tinham mais a forma clássica que aparecera nos uniformes pretos durante a década de 1920 italiana. É justamente essa potência micropolítica que torna o fascismo mais perigoso do que nunca, porque torna-se um movimento de massa: “um corpo canceroso mais do que um organismo totalitário” (DELEUZE; GUATTARI, 1996: 92).

Essa modulação do fascismo é mais difícil de enfrentamento também. Aqui talvez esteja um dos pontos nodais mais complexos do problema, e onde ele rebate mais

fortemente no presente, porque se o fascismo clássico se identifica com a direita e com a extrema-direita, o microfascismo já não seria exclusividade de um campo específico da geografia política. Espreado como fluxo e tornado modo de vida, essa modulação mais fina e mais insidiosa não se fecharia em limites partidários ou suprapartidários de luta, podendo habitar todos os espectros do campo político – todo e qualquer corpo, toda e qualquer instituição e toda e qualquer causa.

Como dizem Deleuze e Guattari (1996: 93), as organizações de esquerda, inclusive, não são as últimas a secretar os microfascismos, já que é “muito fácil ser antifascista no nível molar, sem ver o fascista que nós mesmos somos, que entretemos e nutrimos, que estimamos com moléculas pessoais e coletivas”. Assim, com esse estranho e assustador diagnóstico, as inquietações e enfrentamentos em relação aos tempos sombrios que vivemos necessariamente multiplicam seus vetores e seus alvos, tornando necessário compreender também a molecularidade do fascismo em nós – em nós que gostaríamos de sermos nomeados como esquerda.

\*\*\*

Um dos elementos marcantes da política fascista é a divisão social – racial, étnica, nacional, política, de classe, de diagnóstico, enfim –, a partir da qual o medo e o ódio crescem e geram situações de violência e ataque os mais variados e nos mais diversos graus (STANLEY, 2019). Pode-se dizer que o que caracteriza o gesto fascista é fundamentalmente um modo de relação violenta, mortífera e dominante com o outro. E se esse modo de relação com o outro é a marca axiomática do fascismo, talvez seja possível a suspeita de que a metodologia e as táticas postas em jogo pelo bolsonarismo – inequivocamente um modo violentíssimo de se relacionar com o outro – já estivessem habitando amplamente nossos jogos de força há algum tempo, espalhadas nos mais variados espectros do campo político.

Com um pouco mais de ênfase, talvez seja preciso dizer que as *fake news*, as teorias da conspiração, os julgamentos sem prova, as subtrações da democracia, o nacionalismo, os ataques à complexidade de pensamento e ao rigor da ação, a lacração e o escracho, o anti-intelectualismo, a impossibilidade da coabitação de diferenças e discordâncias, o gozo polemista, a sedução do populismo basista, a reiteração de fragilidades e tristezas para a sustentação de hierarquias messiânicas, a paixão desmedida pelo vazio do poder e tantos outros índices desta relação violenta e mortífera com o outro

que caracteriza o fascismo – agora modulado pelo capitalismo algorítmico – não foram em nosso passado recente e não são, em nosso presente, exclusividade de quem se autodeclara de direita ou de extrema-direita.

E se a disputa é do âmbito dos modos de existência imanentes ao campo social, e não mais exclusivamente da máquina de estado ou de uma localização política, novamente as perguntas advêm: como enfrentar o fascismo que se alastra desavergonhada e indiscriminadamente no país? Como enfrentar esse modo de subjetivação tão duradouro na história brasileira e que hoje viceja na cena pública sem qualquer escrúpulo? Como afirmar modos de luta antifascista que se deslocam das tentativas de centralizar os movimentos e fragilizam os coletivos, produzindo serialização?

\*\*\*

Para enfrentar um presente avassalador e incontornável, Walter Benjamin recorreu às propostas estéticas em curso em experiências como aquelas sugeridas pelo artista Paul Klee que imaginava um mundo que precisava ser enfrentado pela simplicidade e pelo comedimento quando propunha seres angelicais precários e assustadiços, confrontados, na escrita benjaminiana, ao caráter trágico da história que se confirmava dolorosamente: campos de concentração nazistas, técnicas massivas de eliminação de contingentes de indivíduos desumanizados e coisificados. As vanguardas estéticas do século XX como o movimento da *Bauhaus* ajudaram Walter Benjamin a propor uma imagética da construção de uma legibilidade do tempo histórico.

Nossas vanguardas nos ajudariam a ler o Brasil contemporâneo? E nos ajudariam a conter nosso desespero? Walter Benjamin considerava que ao avesso da barbárie do nazifascismo poderia se erigir uma espécie de barbárie como *ethos* resistente do ponto de vista cognitivo e político. A desilusão radical com o século XX não impediu a ação dos artistas e intelectuais que não deixaram de ser fiéis ao mesmo século – que começaram com pouco, que instituíram a partir de uma tábula rasa (BENJAMIN, 2008: 116). Desiludidos e fiéis ao próprio século, bárbaros, resistentes à mediocridade do presente, atentos ao que está “dentro”, críticos em relação à “interioridade” (BENJAMIN, 2008: 116). Uma mesma doce barbárie é reivindicada no movimento da Tropicália, evidenciada nos versos paradoxais, inconclusivos e dissonantes em relação às estéticas de protesto dos anos de 1990 no Brasil. Reivindicando uma mixórdia de referências estéticas e políticas, a canção “Tropicália” recoloca a descoberta do Brasil sob a dissonância dos signos do

país continental, que se arranjam na musicalidade e textualidade que cita artistas e referências musicais amplas. Os doces bárbaros se negam a serem classificados a partir de cânones musicais e políticos. Atenção ao país, ao que lhe é externo e, paradoxalmente, constitutivo. Barbárie de transmutação da ambiência concordante com a discordância alegre, múltipla, em que arcaico e moderno se retroalimentam, cortando a obviedade do país substancial. Depois de ser sido libertado da prisão quase no início dos anos de 1970 e de ter se dirigido ao exílio em Londres, Gilberto Gil também realizou uma leitura icônica do Brasil sob as botas da ditadura civil e militar.

Fragmentos de carnaval ainda estavam nas ruas, Gilberto observou quando foi libertado. Homenageando Chacrinha, que balança a sua pança e comanda a massa, Gil se dirige afetuosamente ao bairro do Realengo, mesclando aspectos da cultura midiática oficial, falando explicitamente dos terreiros comandados pelas personagens aparentemente inofensivas. O despojamento e a lírica incomum ajudam a que se gestem doces bárbaros no Brasil. De ontologia política externa à formação das milícias bárbaras que se formam no Brasil contemporâneo, a mesma atitude estética que nutriu a historiografia benjaminiana pode nos ajudar a entender nossa arruinada identidade. Para tanto, a ruína tem que ser compreendida de forma complementar à noção de identidade, só pode existir fratura no que se supõe unificado. O autoritarismo masculinista de Jair Bolsonaro não é a única lamentável imagem do desejo de condução coercitiva das massas. O autoritarismo bolsonarista reedita a perspectiva pretensiosa do olhar que procura abarcar e objetificar tudo que encontra pela frente, ocluindo, propositalmente, periferias, corpos dissidentes, estéticas exageradas, paródias tropicais dos materiais consumidos através dos livros e das imagens que aportam no Brasil.

Ainda em Walter Benjamin, e ainda no que diz respeito ao exercício de produção de legibilidade sobre o que se tornou explícito e incontornável na atualidade brasileira: os verdadeiros brasileiros estão de volta, o ódio à política e à diversidade democrática, o deboche que naturaliza a desmoralização e o silenciamento das dissonâncias. É possível que precisemos nos debruçar sobre as desavergonhadas expressões públicas do fascismo no Brasil por intermédio de uma velocidade da leitura política, parente da velocidade do relampejar do passado. Líderes fascistas brasileiros não procuram discussão ou diálogo, se alimentando da perplexidade e da torcida identificatória diante de seus discursos violentos, o presidente é imbrochável, os oponentes políticos deverão se submeter ao projeto erigido oficialmente, ou terão que sair do país.

Pastiche de diferentes experiências fascistas ao redor do mundo ocidental, o governante incita a passagem ao ato no cotidiano: surra, taco de *basebol*, desresponsabilização diante da morte de pobres, travestis e crianças negras. Momento propício para o desespero. Momento propício para que se possa fazer algo com as imagens do passado que, irreversivelmente, procuram uma forma de expressão. Precisamos ser tão velozes quanto as imagens que se dirigem a nós. Walter Benjamin (2008) em sua quinta Tese *Sobre o conceito de História* tinha afirmado que “A verdadeira imagem do passado perpassa, veloz. O passado só se deixa fixar, como imagem que relampeja irreversivelmente, no momento em que é reconhecido” (BENJAMIN, 2008: 224).

O reconhecimento do passado é uma espécie de fixação interpretativa daquilo que perpassa. Pensar implica movimento e imobilização, possível por intermédio da escrita da história para si mesma, ou ainda, para o presente. As imagens são irreversíveis, ou seja, os índices históricos misteriosos do passado se revezam, de forma não unificada, na sua apresentação ao presente. Como não perder a oportunidade de vislumbrar o presente em sua correspondência com o passado? Ao se dirigir às vanguardas estéticas europeias, Walter Benjamin sugeria que se tratava de um trabalho de memória e de esquecimento, de forma que possamos, finalmente, garantir segurança aos vivos e aos mortos, que continuam sendo espezinhados sob o jugo do nazifascismo.

Salvar os mortos, portanto. No Brasil contemporâneo, no dia 17 de março de 2021, uma notícia alarmante chegou aos nossos celulares: “População denuncia corpos amontoados a céu aberto em cemitério de PE” (RODRIGUES, 2021). Tratava-se de ossadas e corpos em decomposição amontoados no Cemitério São Sebastião na Vitória de Santo Antão, em Pernambuco. A negação da morte, do velório, do luto encontra nas terríveis imagens dos corpos amontoados sob um calor insuportável a paródia brasileira oficial da massificação da morte sob uma pandemia, sob a gestão totalitária do povo. Como interromper essas imagens dolorosas, como se confrontar ao projeto político do governante que sempre teve ojeriza à exumação de corpos em covas clandestinas de perseguidos políticos da ditadura civil e militar no Brasil?

Na íntima conexão entre passado e presente, nos situamos como interessados em desdobrar imagens que se dirigem ao presente, na elaboração de uma concepção do tempo que não seja vazia. Ler o passado nas linhas do presente é um trabalho cognitivo e político que interrompe o fatalismo, como aquele sugerido e sustentado pelo fascismo tropical. Não há só passado no presente, há, também, o gesto interpretativo e político que tem faro para aquilo que se repete. Permitir que os mortos estejam à salvo em relação aqueles que

dominam também é viabilizar que outro tipo de encaminhamento do tempo seja possível. Há desejo de outra direção ao tempo, que se exprime, também, na defesa de outros modos de viver. Contra a fantasia de aniquilamento que está em jogo em qualquer projeto totalitário, é preciso lembrar que “De agora em por diante, o mundo será conjugado no plural” (MBEMBE, 2020: 206). A pluralidade do mundo implica, também, a pluralidade do tempo que se reconhece exemplarmente nas imagens que se descolam da continuidade cronológica. Indagar o presente, reconhecer o sentido político do luto e se posicionar em relação à pluralidade do tempo e das memórias. Frear o aniquilamento que soa como única direção possível à heterogeneidade. Falamos disso quando recorremos às imagéticas dissonantes e resistentes do país, de um país.

A necessidade de reconhecer o passado nos corpos amontoados e na individualização da dor sob a pandemia de covid 19 no Brasil não será desdobrada sem alianças teóricas e éticas que viabilizem a construção de uma perspectiva que não sucumba ao horror de que as coisas continuem como estão. A interrupção estética dos doces bárbaros nos ajuda a termos zelo pelo brutal sentido do presente histórico, para que, finalmente, essa imagem do presente (o passado) possa encontrar espaço de enunciação e a insuportabilidade e a asfixia sejam interrompidas por outras formas de respiração. É preciso remeter o abjeto personagem que governa o país às condições que o tornaram possível. Não é casual que a pandemia que enfrentamos diga respeito, fundamentalmente, a problemas respiratórios e o discurso oficial reitere que somos todos mortais. Somos todos matáveis. Como interromper o amontoado de corpos em decomposição, nomeando suas covas, garantindo o luto e preservando o máximo possível de vidas que não acatarão esquecimento compulsório? Como não esquecer no futuro o que hoje precisamos tornar legível? Como continuar vivo? Talvez sustentando um movimento de revolta.

Como nos indicou Foucault, não é inútil revoltar-se, uma vez que não podemos enxergar no fracasso político em algumas situações determinadas a inutilidade da revolta. Há que se focalizar o esforço de lutas para a criação de possibilidades de continuar vivos. Revoltar-se é disputar a criação de mundos, disputar modos de produção subjetiva. A revolta é devir, entusiasmo, sonho. Para Foucault (2004) a história está sempre aberta à revolta, a se rasgar, criar novos tempos e escutar o som da revolta no presente como sinônimo de criar, o que exige coragem para tirar da nossa raiva em relação ao inaceitável a energia necessária para combatê-lo. Revolta como liberdade não reduzida à capacidade de se opor.

Esse fascismo tropical, por meio de sua máquina pública federal, busca eliminar as instituições que possam dar abrigo à produção de um mundo comum. Um fascismo à brasileira vai se constituindo baseado na espetacularização, na atomização, na padronização e na redução do humano a uma única forma de existência, colocando critérios para a escolha dos mercedores da vida exterminando os considerados impuros e indignos. Tal ordenamento social dificulta, restringe, limita o poder de agir em conjunto, que é condição humana. Uma ação política, indissociável da liberdade, não tem como fundamento o controle. Ideologias totalitárias tem objetivo de “(...) abafar com uma onda de terror indizível todas as tentativas de oposição organizada” (ARENDRT, 2009: 104). Para Arendt, “(...) o fato de homens e mulheres serem capazes de agir significa que se pode esperar deles o inesperado” (ARENDRT, 2009: 191), num movimento de eterno recomeço, sempre impelidos a agir e essa é a condição de liberdade.

Aqui não podemos desconsiderar o célebre artigo kantiano: *Aufklärung*, a saber, o Esclarecimento, texto que nos oferece pistas importantes para pensar nossa saída da minoridade que governos totalitários buscam impor. O que nos interessa nesse escrito de Kant é o que nos oferece para pensar um abandono do estado de tutela e recusar a delegação do pensamento a uma figura ou instância de autoridade. Foucault viu nesse texto de Kant uma atitude contemporânea, uma relação frente à atualidade, um modo de agir e de se conduzir, uma maneira de pertencer a um presente. A modernidade carrega em si uma relação consigo mesma, uma relação a si, a seu corpo, a suas ações, a seus sentimentos e paixões, a sua existência. Uma problematização do presente, a constituição de si como sujeito autônomo, nos convoca a uma estética da existência. Foucault (2004: 269) conclui:

*O homem moderno, para Baudelaire, não é aquele que parte à descoberta de si mesmo, de seus segredos e de sua verdade oculta: ele é aquele que busca inventar-se a si mesmo. Eis, então, um ethos filosófico como criação permanente de nós mesmos, um processo de autonomização interminável como forma do ultrapassamento do que busca metrificar a existência. Ou seja, ao invés de deduzir daquilo que somos o que nos é impossível pensar ou fazer, no rastro de Kant, trata-se de extrair da contingência que nos fez ser o que somos, a possibilidade de não mais ser, fazer ou pensar como antes, e ultrapassar-se.*

Inventar um povo que falta, como nos indicou Deleuze (2006).

A aposta numa micropolítica ativa implica, portanto, desestabilização subjetiva, insubmissão aos modelos *pret a porter* de subjetividade, uma insubmissão às tentativas de nos colocar numa posição de minoridade que um fascismo tropical tenta pautar. Como fazer para que um mundo larvário possa germinar e, assim, liberar uma indignação

combativa para cultivar forças dignas de existência? Isso requer coragem de liberdade que dê passagem a outras sensibilidades. Uma espécie de violência tenta impedir um fluxo vital de prosseguir, perturbando conexões estabelecidas, mas, ao mesmo tempo, um impulso para o agir inerente ao viver não se cala. Liberdade é ativar uma potência de agir em concerto. O milagre está à espreita, nos lembra Arendt (2009).

\*\*\*

Outubro de 2021. Ainda o Brasil do fascismo tropical. No exato momento em que estamos finalizando a escrita deste texto, as cenas macabras não cessam, ao contrário, multiplicam-se. Na pauta, a conhecida concepção utilitarista de ciência, subserviente à sua mercantilização, sustentada pelo governo Bolsonaro. Tal direção, impressa pelo bolsonarismo, continua assombrando a sobrevivência de toda “pesquisa intolerância”, como nomeou Foucault (GIP, 2013) aquela que inclui uma lista de intoleráveis e o que não é mais possível tolerar. As pesquisas-intolerância não se destinam à atenuação de um poder mediante mudanças organizacionais, mas têm como alvo o poder ali onde ele se exerce, sua ação é direta, visa alvos precisos, instituições com nome e lugar, agregam, contrariando o jogo de hierarquias e interesses econômicos, e trabalham buscando derrubar barreiras disciplinares e diferentes manifestações de especialismos.

O golpe, dessa vez, se fez como corte nas verbas para ciência e tem essas pesquisas intolerância como alvo privilegiado. É um ataque duro à ciência e à inovação em âmbito nacional. Corte de R\$ 690 milhões a ser votado como um projeto de lei pelo Congresso Nacional que retira o dinheiro destinado a esse fim pela Comissão Mista do Orçamento do Congresso Nacional, atendendo a ofício enviado pelo Ministro da Economia. Essa manobra governista subtrai os recursos destinados à pesquisa. Mais uma cena macabra. Afinal, o que esperar de um governo negacionista? Seria essa uma novidade? Que posição assumir em meio a esse quadro?

Didi Huberman (2017) nos diz que tomar posição não é um gesto simples. É situar-se, é afrontar algo, o que inclui aquilo de que nos afastamos, de que nos aproximamos, o que estaria fora de alcance, que existe além e aquém de nós e condiciona nosso próprio movimento. Tomar posição é desejar, é exigir algo, é situar-se no presente e visar um futuro, é saber o que queremos, e nós sabemos: assumir uma postura crítica de desassujeitamento no jogo dessas políticas autoritárias em curso no Brasil de 2021 e afrontar, ir ao coração desse jogo, o que se efetiva a partir de uma temporalidade que nos

precede, que nos engloba e convoca traços de memória. Tomar posição em meio a esse fascismo à moda brasileira demanda criação de novidade absoluta, pensar onde se situa nosso não saber, nossos medos e como e onde investir nossas lutas.

Insistir numa tomada de posição é, para nós, reafirmar as questões de urgência que indicamos no início deste texto, mantê-las vivas, e, então, habitar e atravessar o presente. Como enfrentar esse modo de subjetivação que ainda viceja com tanta força na cena pública desse país sem qualquer escrúpulo? Como disputar a existência de outros mundos possíveis? Que outras vidas ainda podemos inventar? Afinal, a história está sempre aberta à revolta.

### Referências

- AB´SABER, Tales. *Somos contemporâneos de nossa escravidão*. São Paulo: n-1 edições, 2017.
- AGAMBEN, Giorgio. *O que é o contemporâneo?* Chapecó, SC: Argos, 2009.
- ARENDR, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. In: \_\_\_\_\_. *Obras escolhidas*, vol. 1. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2000.
- DELEUZE, Gilles. *A ilha deserta e outros textos: textos e entrevistas [1953-1974]*. LAPOUJADE, David (org.). Tradução de Luiz B. L. Orlandi. São Paulo: Iluminuras, 2006.
- DELEUZE; GUATTARI. *Mil Platôs: micropolítica e segmentaridade*, vol. 3. São Paulo: Ed. 34, 1996.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Quando as imagens tomam posição*. Belo Horizonte: UFMG, 2017.
- ECO, Humberto. *Fascismo eterno*. Rio de Janeiro: Record, 2018.
- FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática da liberdade. In: \_\_\_\_\_. *Ética, sexualidade e política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p. 264-287.
- GIP (Groupe d'Information sur les Prisons) *Intolérable*. Paris: Verticales, 2013.
- GUATTARI, Félix. *Revolução molecular*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- LAZARATTO, Maurício. *Fascismo ou revolução?* São Paulo: n-1 edições, 2020.
- MBEMBE, Achille. *Políticas da inimizade*. São Paulo: n-1 edições, 2020.
- NIETZSCHE, Frédéric. *Assim falou Zaratustra*. São Paulo: Círculo do Livro, 1990.
- PAXTON, Robert, O. *The anatomy of fascism*. New York: Alfred A. Knopf, 2004.
- RODRIGUES, Ed. População denuncia corpos amontoados a céu aberto em cemitério de PE. *UOL* (online), 17 de março de 2021. Disponível em:

<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2021/03/17/populacao-denuncia-corpos-amontoados-a-ceu-aberto-em-cemiterio-de-pe.htm>. Acesso em 12 jan. 2022.

STANLEY, Jason. *Como funciona o fascismo*. Porto Alegre: L&PM Editores, 2019.

Danichi Hausen Mizoguchi,  
Marcelo Ferreira,  
Maria Elizabeth Barros de Barros  
Universidade Federal Fluminense

E-mails: [danichihm@hotmail.com](mailto:danichihm@hotmail.com), [ferreira\\_marcelo@id.uff.br](mailto:ferreira_marcelo@id.uff.br), [betebarros@uol.com.br](mailto:betebarros@uol.com.br)